

A classificação final da prova escrita de conhecimentos será obtida através da média aritmética simples das notações obtidas nas questões que forem colocadas.

11.2 — A entrevista profissional de selecção visará avaliar, numa relação interpessoal e de forma objectiva e sistemática, as aptidões profissionais e pessoais dos candidatos e versará sobre: perfil técnico (PT) [conhecimentos gerais de Administração Pública (CGAP) e conhecimentos técnicos relacionados com a função a desempenhar (CT)] e perfil psicológico (PP) (motivação e interesse pelo lugar, sentido de responsabilidade e capacidade de relacionamento com os outros e de iniciativa), em que:

$$EPS = \frac{PT + PP}{2}$$

sendo:

$$PT = \frac{CGAP + CT}{2}$$

A classificação da entrevista será efectuada na escala de 0 a 20 valores.

12 — Os critérios de apreciação e ponderação da entrevista profissional de selecção, bem como o sistema de classificação final, incluindo a respectiva fórmula classificativa, e respectiva fundamentação, constam de actas de reuniões do júri do concurso, sendo as mesmas facultadas aos candidatos sempre que solicitadas.

13 — O local, a data e a hora de prestação de provas serão comunicados aos candidatos com a devida antecedência através de carta registada com aviso de recepção.

14 — A lista dos candidatos admitidos e excluídos bem como a lista de classificação final serão afixadas, para consulta, no placard do edifício dos Paços do Município de Idanha-a-Nova, de harmonia com o estipulado nos artigos 33.º, 34.º e 40.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho.

15 — As falsas declarações prestadas pelos candidatos nos requerimentos de admissão serão punidos nos termos da lei penal.

16 — Em caso de igualdade de classificação, a ordenação final dos candidatos resultará da aplicação dos critérios constantes na alínea c) do n.º 1 do artigo 37.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho.

Será tido em conta o disposto no n.º 3 do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 29/2001, de 3 de Fevereiro, tendo o candidato com deficiência preferência em igualdade de classificação, a qual prevalece sobre qualquer outra preferência legal.

Os candidatos com deficiência devem, para efeitos de admissão ao concurso, ter em conta o estabelecido no artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 29/2001, de 3 de Fevereiro, declarando no requerimento de admissão, sob compromisso de honra, o respectivo grau de incapacidade e o tipo de deficiência, sendo dispensada a apresentação imediata de documento comprovativo.

Os candidatos devem ainda mencionar no requerimento de admissão todos os elementos necessários à adequação do processo de selecção, nas suas diferentes vertentes, às capacidades de comunicação/expressão dos candidatos com deficiência.

17 — Nos termos do artigo 13.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho, o júri será assim constituído:

Presidente — Joaquim Manuel Beato Soares, vereador, em regime de permanência, da Câmara Municipal de Idanha-a-Nova.
Vogais efectivos:

Pedro Miguel dos Santos Dias, chefe de divisão de Loteamentos, Licenciamentos e Obras Particulares da Câmara Municipal de Idanha-a-Nova, que substituirá o presidente do júri nas suas faltas e impedimentos.

Maria Duarte Nunes Martins, chefe de divisão de Obras Públicas da Câmara Municipal de Idanha-a-Nova.

Vogais suplentes:

Eduardo Jorge Silva Coelho Boavida Águas, técnico superior de arquitectura de 2.ª classe da Câmara Municipal de Idanha-a-Nova.

Alexandra Solange Ribeiro Sousa, fiscal municipal de 2.ª classe da Câmara Municipal de Idanha-a-Nova.

18 — Foi dado cumprimento ao disposto no artigo 41.º da Lei n.º 53/2006, de 7 de Dezembro, e verificou-se a inexistência de pessoal na bolsa de emprego público, conforme a declaração de inexistência enviada através do ofício n.º 2925, de 13 de Abril de 2007, da DGAP.

19 — Em cumprimento da alínea h) do artigo 9.º da Constituição, a Administração Pública, enquanto entidade empregadora, promove activamente uma política de igualdade de oportunidades entre homens e mulheres no acesso ao emprego e na progressão profissional, providenciando escrupulosamente no sentido de evitar toda e qualquer forma de discriminação.

26 de Abril de 2007. — O Presidente da Câmara, *Álvaro José Cachucha Rocha*.

2611016054

CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA

Aviso n.º 10 016/2007

Nomeação — Dispensa de estágio

Por despacho de 7 de Maio de 2007 do director municipal de Recursos Humanos (subdelegação de 16 de Março de 2007, *Boletim Municipal*, n.º 684, de 29 de Março de 2007), Sandra Carla Faia da Silva Pereira, técnica (não adjectivado), área de engenharia técnica agro-alimentar, estagiária, do grupo de pessoal técnico, foi nomeada, após ter sido dispensada de estágio, por estarem reunidos os requisitos previamente definidos, técnica (não adjectivado), área de engenharia técnica agro-alimentar de 2.ª classe, do grupo de pessoal técnico, do quadro de pessoal deste município.

18 de Maio de 2007. — O Director Municipal, *Luís Centeno Fragoso*.
2611016046

Aviso n.º 10 017/2007

Nomeação

Por despacho de 20 de Abril de 2007 do director municipal de Recursos Humanos (subdelegação de 16 de Março de 2007, *Boletim Municipal*, n.º 684, de 29 de Março), foi Isabel Maria Lopes Valente de Almeida, técnica superior (economia, finanças e gestão) assessora, nomeada, precedendo concurso, técnica superior (economia, finanças e gestão) assessora principal, do grupo de pessoal técnico superior, do quadro de pessoal deste município.

18 de Maio de 2007. — O Director Municipal, *Luís Centeno Fragoso*.
2611016065

CÂMARA MUNICIPAL DE LOURES

Aviso n.º 10 018/2007

Reclassificação profissional de Ana Alexandra Ferreira Ferrinho

Para os devidos efeitos, torna-se público que, por despacho superior de 4 de Maio de 2007, a funcionária Ana Alexandra Ferreira Ferrinho, com a categoria de auxiliar administrativo, é reclassificada, ao abrigo do disposto no artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 497/99, de 19 de Novembro, aplicado às autarquias locais por força do Decreto-Lei n.º 218/2000, de 9 de Setembro, para a categoria de assistente administrativo, escalão 1, índice 199, a partir de 1 de Junho de 2007.

18 de Maio de 2007. — Por subdelegação de competências do Vereador do Departamento de Recursos Humanos, a Directora do Departamento, *Cristina Silva*.

2611016059

Aviso n.º 10 019/2007

Reclassificação profissional de Maria Manuela Fortunas Fernandes Martins

Para os devidos efeitos, torna-se público que, por despacho superior de 4 de Maio de 2007, a funcionária Maria Manuela Fortunas Fernandes Martins, com a categoria de auxiliar administrativo, é reclassificada, ao abrigo do disposto no artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 497/99, de 19 de Novembro, aplicado às autarquias locais por força do Decreto-Lei n.º 218/2000, de 9 de Setembro, para a categoria de assistente administrativo, escalão 1, índice 199, a partir de 1 de Junho de 2007.

18 de Maio de 2007. — Por subdelegação de competências do Vereador do Departamento de Recursos Humanos, a Directora do Departamento, *Cristina Silva*.

2611016062

CÂMARA MUNICIPAL DA MOITA

Aviso n.º 10 020/2007

Para os devidos efeitos torna-se público que, pelos despachos do presidente da Câmara abaixo indicados e em conformidade com o n.º 2 do artigo 23.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, aplicada à administração local pelo n.º 1 do artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 93/2004, de 20 de Abril, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, foram renovadas, pelo período de três anos, as comissões de serviço dos seguintes dirigentes desta Câmara Municipal:

Despacho n.º 45/PCM/07, de 28 de Março — Dr. António Manuel Palhas de Jesus Pereira, no cargo de director do Departamento de Administração e Finanças, com efeitos a 22 de Abril de 2007;